



PROCESSO Nº : 10.084-6/2020
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESPONSÁVEL : JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
RELATOR : CONSELHEIRO ANTÔNIO JOAQUIM

PARECER Nº 5.074/2021

EMENTA: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2020. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA. IRREGULARIDADES AA01, CB02 E FB13. IRREGULARIDADES PREVIDENCIÁRIAS DA05 E DA07. NÃO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL NO GASTO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. DIVERGÊNCIA DE VALORES EM BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS. ELABORAÇÃO DA LOA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DE REPASSES DE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E PREVIDENCIÁRIAS. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL PELA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se das Contas Anuais de Governo da **Prefeitura Municipal de NOVA XAVANTINA**, referentes ao **exercício de 2020**, sob a responsabilidade do **Sr. João Batista Vaz da Silva**.
2. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para manifestação acerca da conduta da Chefe do Executivo nas suas funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, nos termos do art. 71, I, da Constituição Federal; artigos 47 e 210, da Constituição Estadual, artigos 26 e 34, da Lei Orgânica do TCE/MT (Lei Complementar Estadual nº 269/2007) e art. 29, I, do Regimento Interno do TCE/MT (Resolução nº 14/2007).
3. O processo encontra-se instruído com documentos que demonstram os



principais aspectos da gestão, bem como com aqueles exigidos pela legislação em vigor.

4. Verifica-se que a auditoria foi realizada com base em informações prestadas por meio do Sistema Aplic, em informações extraídas dos sistemas informatizados da entidade e em publicações nos órgãos oficiais de imprensa municipais, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de resultados, quanto à legalidade e legitimidade.

5. Em apenso a estes autos, encontram-se: o Processo nº 34.406-0/2019, que trata do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 e seu respectivo acompanhamento simultâneo pelo TCE/MT; os Processos nº 50.052-6/2021 e 35.3825-/2019 por meio dos quais foram encaminhadas as Contas de Governo e a Lei Orçamentária Anual, respectivamente; bem como o Processo nº 49.935-8/2021, que trata da análise das contas da Previdência Municipal de Nova Xavantina.

6. A Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo elaborou relatório técnico preliminar sobre o exame das contas anuais de governo de Nova Xavantina, tendo detectado as seguintes irregularidades atribuídas ao Prefeito, Sr. João Batista Vaz da Silva (Doc. nº 164271/2021):

JOAO BATISTA VAZ DA SILVA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período:
01/01/2020 a 31/12/2020

1) AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_01. Não-aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal).

1.1) Não aplicação nas despesas com ensino, do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos, estabelecidos no artigo 212 da Constituição Federal. - Tópico - 6.2. EDUCAÇÃO

2) CB02 CONTABILIDADE_GRAVE_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

2.1) Divergência de R\$ entre o orçamento final informado no Balanço Orçamentário da Prefeitura e o informado no sistema Aplic. - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

3.1) O texto da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2020, não destacou o valor do orçamento fiscal, dessa forma não atendeu ao preceito legal do art. 165, § 5º, da CF/88. - Tópico - 3.1.3. LEI



ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

3.2) Elaboração de peças de planejamento em desacordo com a legislação vigente por inserção de matéria que deveria ser tratada em lei específica. - Tópico - 3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA (Grifos no original)

7. Além disso, a Secex de Previdência elaborou relatório técnico preliminar abordando os aspectos de natureza previdenciária, juntados nos autos do processo nº 49.935-8/2021 (Doc. nº 112078/2021), tendo sido identificadas duas irregularidades, classificadas como DA07 e DA05, sendo que a primeira foi considerada sanada, tendo a Secex de Previdência se manifestado pela manutenção da segunda, sugerindo recomendação, consoante se verá em tópico próprio (Relatório Técnico de Defesa, Doc. nº 213518/2021).

8. Em atendimento aos postulados constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, o responsável foi citado e se manifestou por meio do documento nº 198669/2021, respondendo aos apontamentos.

9. Os autos foram encaminhados à Secex de Receita e Governo, que emitiu o relatório técnico de defesa sanando a irregularidade nº 3.1, classificada como FB13, mantendo todas as outras impropriedades feitas (Doc. nº 211596/2021).

10. Logo após, o responsabilizado apresentou alegações finais (Doc. nº 228511/2021).

11. Por fim, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para análise e emissão de parecer, conforme estabelece o art. 141, parágrafo 3º, da Resolução Normativa nº 14/2007.

12. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

13. Nos termos do art. 1º, I, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), compete ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso emitir parecer prévio circunstanciado sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais.



14. Ainda, nos termos do art. 26 da referida Lei Complementar, o Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, até o final do exercício financeiro seguinte à sua execução, sobre as contas anuais prestadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, as quais abrangerão a totalidade do exercício financeiro, compreendendo as atividades do Executivo e do Legislativo, restringindo-se o parecer prévio às contas do Poder Executivo.

15. Segundo a Resolução Normativa nº 01/2019/TCE-MT, em seu art. 3º, § 1º, o parecer prévio sobre as contas anuais de governo se manifestará sobre: I – elaboração, aprovação e execução das peças de planejamento (leis orçamentárias): Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA; II – previsão, fixação e execução das receitas e despesas públicas; III – adequação e aderências das Demonstrações Contábeis apresentadas na prestação de contas às normas brasileiras e aos princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública; IV – gestão financeira, patrimonial, fiscal e previdenciária no exercício analisado; V – cumprimento dos limites constitucionais e legais na execução das receitas e despesas públicas; VI – observância ao princípio da transparência no incentivo à participação popular, mediante a realização de audiências públicas, nos processos de elaboração e discussão das peças orçamentárias e na divulgação dos resultados de execução orçamentária e da gestão fiscal; e, VII – as providências adotadas com relação às recomendações, determinações e alertas sobre as contas anuais de governo dos exercícios anteriores.

16. Nesse contexto, passa-se a analisar os aspectos relevantes da posição financeira, orçamentária, patrimonial e previdenciária do Município de Nova Xavantina ao final do exercício de 2020, abrangendo o respeito aos limites na execução dos orçamentos públicos e a observância ao princípio da transparência, bem como a discorrer sobre as irregularidades identificadas pela unidade de auditoria.

2.1. Análise das Contas de Governo

17. Cabe aqui destacar que, quanto às Contas de Governo da Prefeitura de **Nova Xavantina** referentes aos exercícios de **2015 a 2019**, o TCE/MT emitiu **pareceres prévios favoráveis** à aprovação das contas.



18. Para análise das contas de governo do exercício de 2020, serão aferidos os pontos elencados pela Resolução Normativa nº 01/2019, a partir dos quais se obteve os dados a seguir.

2.2. Posição financeira, orçamentária e patrimonial

19. As peças orçamentárias do Município de Nova Xavantina são:

- a) PPA, conforme Lei nº 2.035/2017 (quadriênio 2018 a 2021);
- b) LDO, instituída pela Lei nº 2.164/2019;
- c) LOA, disposta na Lei nº 2.167/2019.

20. A LOA estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 99.220.000,00, não havendo especificado os valores constantes do Orçamento Fiscal, sendo que o Orçamento da Seguridade Social restou consolidado em R\$ 33.638.180,00. Não houve orçamento de investimento.

2.2.1. Da não descrição do orçamento fiscal na elaboração da LOA/2020

21. A **Secex de Receita e Governo** imputou ao responsável a irregularidade nº 3.1, classificada sob a rubrica FB13, em razão de não ter sido destacado na Lei Orçamentária do exercício de 2020, os valores referentes ao orçamento fiscal, contrapondo a determinação elencada no §5º, do art. 165, da CF/88 (Doc. nº 164271/2021, fl. 13).

3) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

3.1) O texto da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2020, não destacou o valor do orçamento fiscal, dessa forma não atendeu ao preceito legal do art. 165, § 5º, da CF/88. - Tópico - 3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

22. Em sua **defesa** (Doc. nº 198669/2021), o ex-gestor argumentou que houve um equívoco na elaboração da LOA/2020, mas que o valor do orçamento fiscal poderia ser avaliado a partir da dedução do valor do orçamento da seguridade social do valor total fixado para as receitas e despesas de 2020, estabelecido, portanto, na ordem de R\$ 65.581.820,00 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e um mil e oitocentos e vinte reais).



23. Em seu **relatório técnico de defesa** (Doc. nº 211596/2021), a equipe de auditoria dispôs que a defesa reconheceu o erro, tendo afirmado que a menção aos valores constantes dos orçamentos deve ser feita de modo expresse, em razão da determinação constitucional contida no art. 165. Não obstante, **sanou** a presente irregularidade, **recomendendo** que a atual gestão disponha de forma clara nas próximas peças orçamentárias, os valores dos orçamentos fiscais, de investimentos e de seguridade social.

24. **Passa-se à análise ministerial.**

25. De fato, o art. 165, §5º, da CF/88, é claro em determinar que a lei orçamentária anual deverá compreender os orçamentos fiscal, de investimentos e de seguridade social.

26. Todavia, o erro contábil na elaboração da mencionada peça orçamentária não teve o condão de prejudicar a execução da mesma, razão pela este MPC, alinhado ao posicionamento da unidade instrutória, entende pelo **saneamento da impropriedade**, com expedição de **recomendação ao Poder Legislativo, para que determine à atual gestão da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, nos termos do art. 22, §2º, da Lei Orgânica do TCE-MT, para que esta disponha de forma expressa, nas próximas leis orçamentárias anuais, sobre os valores referentes aos orçamentos fiscal, de investimentos e de seguridade social**, consoante prevê a Constituição Federal em seu artigo 165.

2.2.2. Da divulgação das peças orçamentárias com os devidos anexos

27. Segundo a Secex, na divulgação da LOA/2020 a gestão não disponibilizou os anexos, mas apenas o seu texto-base. Deste modo, expediu recomendação, sem imputar irregularidade, por infringência do art. 37, da CF/88 e art. 48, da LRF.

28. O MPC concorda com o apontamento, pois, apesar de o mesmo não ter causado lesão, verifica-se a necessidade de publicação e disponibilização das peças orçamentárias com todos os seus instrumentos e anexos, conforme os preceitos normativos mencionados acima.



29. Assim, este órgão ministerial manifesta-se pela expedição de **recomendação ao Poder Legislativo**, para que **determine ao Poder Executivo**, nos termos do art. 22, §2º, da Lei Orgânica do TCE-MT, **a disponibilizar todos os instrumentos e anexos componentes das peças orçamentárias**, consoante a previsão normativa descrita nos arts. 37, da CF/88 e 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.2.3. Autorização para remanejamento e transposição na LOA/2020

30. A Lei Municipal nº 2.167/2019 (LOA/2020) autorizou o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares no curso da execução orçamentária, até o montante de 40% (quarenta por cento), assim como a possibilidade do Poder Executivo realizar remanejamento e transposição de recursos, sendo esta matéria estranha as peças orçamentárias. Consoante a equipe de auditoria, tal prática fere o §8º, do art. 165, da CF/88, bem como a Resolução de Consulta nº 44/2018, deste egrégio Tribunal de Contas.

31. Por conta disto, atribuiu ao responsável a seguinte irregularidade:

3) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).
(...)

3.2) Elaboração de peças de planejamento em desacordo com a legislação vigente por inserção de matéria que deveria ser tratada em lei específica. - Tópico - 3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA
(Grifos no original)

32. Em sua **defesa**, o ex-gestor concordou com a equipe de instrução, aduzindo que houve um equívoco por parte do time responsável pela elaboração da peça orçamentária (Doc. nº 198669/2021).

33. A **Secex**, no Relatório Técnico de Defesa, reafirmou que a autorização para remanejamento e transposição de recursos constitui matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, contrapondo a disposição estabelecida no §8º, do art. 165, da CF/88, além da Resolução de Consulta TCE-MT nº 44/2008 (Doc. nº 211596/2021).

34. Por conta desta situação, **manteve o apontamento** feito.



35. Em sede de **alegações finais**, o responsabilizado apenas reforçou os pontos já apresentados em sua defesa inicial, informando que a equipe contábil do Município de Nova Xavantina foi informada sobre a necessidade de inclusão das autorizações para remanejamento e transposição em leis próprias (Doc. nº 228511/2021).

36. **Passa-se à análise ministerial.**

37. A partir da leitura da exposição argumentativa das partes, verifica-se que a própria defesa concorda com a existência da irregularidade apurada, havendo, desta feita, lesão aos postulados descritos no §8º, do art. 165, da CF/88, e também da Resolução de Consulta TCE-MT nº 44/2008.

38. Diversamente da irregularidade apontada no tópico anterior, a inserção de autorização para remanejamento e transposição de recursos no corpo da lei orçamentária anual, pode causar séria lesão ao erário municipal, caso tal fato venha a se concretizar, por ser a mencionada autorização genérica e não descritiva.

39. Deste modo, havendo necessidade de reprogramação orçamentária, deve o Poder Executivo buscar, por meio do Poder Legislativo, a necessária autorização legislação específica, que possibilitará ao primeiro editar decreto dispondo quais recursos devem ser remanejados, transpostos ou transferidos entre as dotações orçamentárias, tudo com fulcro no postulado principiológico da exclusividade.

40. Menciona-se, ainda, que este entendimento encontra-se amplamente sedimentado neste Tribunal de Contas, consoante se infere do verbete sumular súmula nº 20. Neste sentido (destacou-se):

SÚMULA 20

É vedada a autorização para remanejamento, transposição ou transferência de recursos entre dotações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual – LOA, por ferir o princípio constitucional da exclusividade, configurando dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa no Orçamento (art. 165, § 8º, CF/1988). (Processo nº 34.768-0/2017, Acórdão nº 248/2018, Cons. Rel. Luiz Carlos Pereira, Julgado em 31/07/2018)

41. Pelo exposto, este órgão ministerial se manifesta pela **manutenção da**



presente **irregularidade**, devendo ser expedida **recomendar ao Poder Legislativo, para que determine à atual gestão da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**, nos termos do art. 22, §2º, da Lei Orgânica do TCE-MT, a **abster-se de inserir na lei orçamentária anual, dispositivos estranhos à matéria, tais como aqueles referentes ao remanejamento, transposição ou transferência de recursos entre dotações orçamentárias, em respeito ao princípio constitucional da exclusividade**, prestando obediência ao quanto disposto no art. 165, §8º, da CF/88, na súmula nº 20 do TCE-MT e na Resolução de Consulta nº 44/2008, desta colenda Corte.

2.2.4. Divergência de valores entre o orçamento final informado no balanço orçamentário da Prefeitura e o informado no sistema Aplic

42. A Secex apontou a **irregularidade CB02** ao ex-Prefeito, afirmando o seguinte (Relatório Técnico Preliminar, Doc. nº 164271/2021, fl. 17):

No Balanço Orçamentário Consolidado, enviado na prestação de contas de governo, conforme doc. digital 89461/2021, folha 6, consta que o orçamento final, após os créditos adicionais, sem considerar a operações intraorçamentárias, é de R\$ 95.160.765,07. Contudo, no sistema Aplic consta que esse valor é de R\$ 94.376.207,39, conforme informações do Sistema Aplic, representado no quadro 1.1 deste relatório. Essa divergência demonstra a falta de exatidão nos registros contábeis de forma a contrariar os mandamentos da Lei 4.320/64, em especial os artigos de 83 a 106.

43. Por conta desta situação, imputou ao Sr. João Batista Vaz da Silva a seguinte irregularidade:

2) CB02 CONTABILIDADE_GRAVE_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).
2.1) Divergência de R\$ entre o orçamento final informado no Balanço Orçamentário da Prefeitura e o informado no sistema Aplic. - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

44. A **defesa** justificou que o mencionado erro deu-se em razão de um erro no sistema contábil na geração das tabelas do sistema Aplic (Doc. nº 198669/2021).

45. No **relatório técnico de defesa**, a Secex analisou a argumentação defensiva, expondo que o responsabilizado não aduziu ter corrigido, refeito ou reenviado outra versão do balanço orçamentário com os dados corrigidos, apenas



confirmando a existência da impropriedade. Por isto, **manifestou-se pela manutenção da irregularidade** (Doc. nº 211596/2021).

46. Em suas **alegações finais**, o ex-gestor apenas mencionou os argumentos já expostos na defesa inicial, nada acrescentando ao tema (Doc. nº 228511/2021).

47. O **Ministério Público de Contas** segue na mesma linha exposta pela equipe de auditoria.

48. Em sua defesa o ex-gestor limita-se a informar que o fato aconteceu, assim como que estaria a espera da correção do valor pela unidade contábil do município.

49. As informações contábeis destinam-se ao fornecimento de informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão pelos usuários. Visando o cumprimento dos objetivos da informação contábil e sua utilidade as Normas Brasileiras de Contabilidade determinam a observância das características qualitativas (relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e a verificabilidade).

50. Essas características qualitativas são integradas e funcionam em conjunto. Ou seja, se uma das características não for observada, há desdobramentos geralmente impactando na observância das demais características, o que chamamos de efeito em cascata. A ausência de tempestividade fere a competência e a representação não fidedigna das informações contábeis pode interferir no processo decisório dos usuários contábeis, influenciando-os de forma relevante e material, além de prejudicar o controle externo e social.

51. Como visto, o responsável não apresentou nenhum elemento a comprovar a devida correção, **o que leva o MP de Contas a concluir pela manutenção do item 2.1, irregularidade classificada como CB02.**

52. Ainda, mostra-se imperioso **recomendar ao Poder Legislativo, que recomende** à atual gestão, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE-MT, que



providencie registros contábeis tempestivos e fidedignos, nos moldes do estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e que correspondam aqueles enviados ao Sistema Aplic.

2.3. Execução orçamentária

53. Em relação à execução orçamentária, apresentou-se as seguintes informações:

Quociente de execução da receita – 0,9176	
Valor líquido previsto: R\$ 94.914.847,65 (exceto receita intraorçamentária)	Valor líquido arrecadado: R\$ 87.101.257,85 (exceto receita intraorçamentária)
Quociente de execução da despesa – 0,8632	
Valor autorizado atualizado: R\$ 94.376.207,18 (exceto despesa intraorçamentária)	Valor executado: R\$ 81.473.310,34 (exceto despesa intraorçamentária)

54. O quociente de execução da receita indica que a arrecadação foi maior que a prevista, gerando **deficit de arrecadação**.

55. O quociente de execução da despesa indica que a despesa realizada foi menor que a autorizada, ensejando **economia orçamentária**.

56. Conforme consta no Relatório Técnico, a partir de 2015, os valores da Receita e Despesa Orçamentárias foram ajustados conforme entendimento da Resolução Normativa nº 43/2013/TCE-MT e assim totalizaram ao final:

Quociente do Resultado da Execução Orçamentária	2020
Receita arrecadada	R\$ 84.660.276,31
Despesas realizadas	R\$ 75.966.917,39
Resultado Orçamentário	R\$ 8.693.358,92

57. Os resultados indicam que a receita arrecadada superou a despesa realizada em aproximadamente 11,44%, configurando superavit orçamentário de execução. Tem-se o quociente do resultado da execução orçamentária em 1,1144.

2.3.1. Restos a pagar



58. Com relação à inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados)¹, verifica-se que, durante o exercício de 2020, houve inscrição de R\$ 995.657,60, enquanto o total da despesa empenhada alcançou o montante R\$ 87.353.322,04.

59. Portanto, para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, foram inscritos em restos em pagar apenas R\$ 0,0114, isto é, do total das despesas, 1,14%, não foram pagas dentro do exercício.

60. Em relação ao quociente de disponibilidade financeira (QDF), foi apurado um quociente de **10,4732**. A Equipe Técnica concluiu que **há recursos financeiros suficientes para pagamento dos restos a pagar processados e não processados**, sendo que a cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 10,4732 de disponibilidade financeira.

2.3.2. Situação financeira

61. A análise da situação financeira revela a existência de **superavit financeiro** no exercício, consubstanciado na diferença a maior do ativo financeiro (R\$ 10.427.759,67) em relação ao passivo financeiro (R\$ 1.420.088,55), considerando-se todas as fontes de recurso, o que resultou em **Quociente da Situação Financeira – QSF no índice de 7,3430**.

2.3.4. Dívida Pública

62. No que se refere à dívida pública, não houve contratação de dívida no exercício. O **Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)** foi apurado em 0,00, ou seja, 0% da Receita Corrente Líquida – RCL. Logo, o resultado está adequado ao limite previsto no inciso I do art. 7º da Resolução do Senado nº 43/2001, que prevê como limite 16% da RCL.

63. O **Quociente de Dispendios da Dívida Pública (QDDP)** é igual a 0,0147. A

1 Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, “No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão a dívida flutuante. Podem-se distinguir dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados. Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento.” (6ª ed., pág. 115).



soma de dispêndios com dívida pública, em 2020, representou 1,47% da receita corrente líquida. Houve, pois, cumprimento do limite previsto no inciso II do art. 7º da Resolução do Senado nº 43/2001, que prevê como limite 11,5% da RCL.

64. O **Quociente do Limite de Endividamento (QLE)** também é igual a zero, demonstrando que a dívida consolidada líquida ao final do exercício não excedeu ao limite de 1,2 vezes a receita corrente líquida, conforme art. 3º, II, da Resolução nº 40/2011 do Senado Federal. No caso de Nova Xavantina, a dívida consolidada líquida foi negativa, pois o saldo das disponibilidades de caixa é maior que a dívida consolidada.

2.4. Limites constitucionais e legais

65. Neste ponto, cabe analisar a observância, pelo ex-gestor, de alguns aspectos importantes durante o exercício, relativos à execução de atos de governo.

66. Os percentuais mínimos legais exigidos pela Norma Constitucional estão consignados na tabela abaixo, conforme informações extraídas do Relatório Técnico (Anexos 7, 8 e 9), senão vejamos:

Exigências Constitucionais	Valor Mínimo a ser aplicado	Valor Efetivamente Aplicado
Receita Base para Cálculo da Educação: R\$ 45.680.577,19		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% (art. 212, CF/88)	21,75%
Receita Base para Cálculo da Saúde: R\$ 44.487.194,71		
Saúde	15% (artigos 158 e 159, CF/88, c/c art. 198, § 2º, CF/88)	33,61%
Total de Recursos para Aplicação no FUNDEB: R\$ 9.260.837,91		
FUNDEB (Lei 11.494/2007) Profissionais do Magistério da Educação Básica	60% (art. 60, §5º, ADCT)	70,04%
Pessoal art. 18 a 22 LRF – RCL ajustada: R\$ 75.892.551,36		
Gasto do Executivo	54% (máximo) (art. 20, III, “b”, LRF)	45,01%

67. Da análise dos dados apresentados, conclui-se que o **ex-gestor cumpriu**



os requisitos constitucionais na aplicação de recursos mínimos para o Fundeb e saúde, tendo respeitado o limite de gastos com pessoal. Apesar disso, com relação ao dispêndio de valores na educação, a Secex apontou que o mesmo apenas aplicou o montante de 21,75%, abaixo, portanto, do mínimo constitucional de 25%, previsto no art. 212, da CF/88.

2.4.1. Do descumprimento do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino

68. De acordo com o **relatório técnico preliminar**, o valor mínimo que deveria ter sido aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino era de R\$ 11.420.144,29, por corresponder ao percentual constitucional de 25% aplicável ao total da receita base, estabelecida na ordem de R\$ 45.680.577,19.

69. Todavia, a gestão da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina apenas alocou o montante de R\$ 9.939.848,27, valor correspondente a 21,75% da receita base aplicável na manutenção e desenvolvimento do ensino, estando abaixo do percentual mínimo em -3,24%.

70. Por ocasião disto, a Secex imputou ao Sr. João Batista Vaz da Silva, a seguinte irregularidade (Doc. nº 164271/2021):

1) AA01 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_01. Não-aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal). 1.1) Não aplicação nas despesas com ensino, do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos, estabelecidos no artigo 212 da Constituição Federal. - Tópico - 6.2. EDUCAÇÃO

71. Em sua **defesa**, o ex-gestor consignou que os cálculos efetuados pela Secex estariam incorretos, tendo sido aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino o total de 24,96%. Dispôs que o não atendimento do percentual constitucionalmente estabelecido deu-se em um patamar ínfimo, razão pela qual requereu o saneamento da impropriedade.

72. Salientou, ainda, que a pandemia de Covid-19 trouxe diversas



dificuldades ao Município de Nova Xavantina. Neste sentido, mencionou que a suspensão das aulas presenciais reduziu a receita gasta com o ensino, pois foram cortados valores gastos com os profissionais temporários da educação, transporte escolar, merenda escolar e materiais de consumo.

73. Exemplificou que os gastos com serviços de terceira pessoa física teve uma queda superior a 55% (cinquenta e cinco por cento), no comparativo com o exercício de 2019.

74. Além disso, afirmou que noutros períodos financeiros, não atingidos pela pandemia, a Prefeitura Municipal atingiu a meta constitucional com tranquilidade, vide quadro abaixo:

HISTÓRICO – APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF – Limite Mínimo Fixado 25%)				
	2016	2017	2018	2019
Aplicado - %	28,15%	28,89%	26,25%	26,68%

Fonte: Item 6.2. EDUCAÇÃO - Relatório das Contas Anuais de Governo do exercício 2020

75. Aludiu, por fim, a diversos julgados desta Corte de Contas que se providenciaram uma interpretação flexibilizada do descumprimento dos mínimos constitucionais em face aos obstáculos enfrentados pelos gestores durante a pandemia (Doc. nº 198669/2021).

76. A Secex, em seu **relatório técnico de defesa**, explicitou os erros na metodologia de cálculo realizada pela unidade de contábil da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, reafirmando que o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino durante o exercício financeiro de 2020 foi de 21,75%.

77. Dispôs que a Resolução de Consulta nº 06/2021 – TP, deste Tribunal de Contas, atenua a impropriedade atribuída aos gestores pela não aplicação do mínimo constitucionalmente previsto, não isentando o município de cumprir com o supracitado postulado.



78. Em razão disso, manifestou-se pela **manutenção do apontamento** (Doc. nº 211596/2021).

79. Em sede de **alegações finais**, o ex-gestor reafirmou que os cálculos realizados pela Prefeitura comprovam que o mesmo aplicou 24,96% na manutenção e desenvolvimento do ensino, e não os supostos 21,75% aduzidos pela unidade de instrução. De resto, manteve a argumentação já esposada em sua defesa inicial.

80. **Passa-se à análise ministerial.**

81. O MPC alinha-se ao posicionamento encampado pela equipe de auditoria.

82. Do exame dos documentos acostados pela defesa, não se verificam quaisquer informações hábeis a afastar o apontamento realizado.

83. Não obstante a discussão em voga, ainda que o responsabilizado houvesse aplicado o percentual de 24,96% na manutenção e desenvolvimento do ensino, fato é que este valor ainda estaria abaixo do mínimo constitucionalmente estabelecido.

84. Portanto, não há como este órgão ministerial afastar a impropriedade gravíssima imputada, por esta decorrer de preceito inscrito na Constituição da República.

85. Por outro lado, o Ministério Público de Contas não afasta seus olhos da realidade fática impingida aos entes federativos durante o exercício financeiro de 2020, reconhecendo que a pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) promoveu mudanças drásticas em todo o cenário global, impactando as receitas e despesas dos municípios, bem como a sua realidade local.

86. Com esteio nas disposições trazidas pelo art. 22, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1.942, alterado pela Lei nº 13.655/18), além da posição assumida por este TCE-MT na Resolução de Consulta nº 06/2021 – TP, o MPC manifesta-se pelo afastamento de julgamento irregular das



contas, flexibilizando a aplicação do postulado constitucional em decorrência da situação de calamidade pública instalada pelo novo coronavírus, sendo, todavia, necessário que este Tribunal **recomende** ao Poder Legislativo de Nova Xavantina que **determine ao Poder Executivo**, nos termos do art. 22, §2º, da Lei Orgânica, que **obedeça o ditame constitucional previsto no art. 212, da CF/88, aplicando o mínimo estabelecido em 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino.**

2.4.2. Dos limites da Câmara Municipal

87. De acordo com a unidade de instrução, o valor estipulado na LOA para repasse à Câmara Municipal foi de R\$ 3.073.396,39, tendo sido efetuado a transferência de apenas R\$ 3.069.051,61. Aduziu que o montante previsto na peça orçamentária estaria acima do montante de 7% disposto no art. 29-A, da CF/88.

88. Deste modo, apesar de não ter havido os repasses consoante dispunha a LOA/2020, a previsão orçamentária mostrou-se acima do percentual constitucionalmente previsto, razão pela qual a Secex entendeu pela necessidade de recomendar que o município elabore a LOA considerando o montante de 7% previsto no art. 29-A, da Constituição Federal, bem como que realize os repasses de acordo com os valores estabelecidos na LOA.

89. O MPC adere integralmente à posição acima, manifestando-se pela expedição de **recomendação** ao Poder Legislativo de Nova Xavantina que **determine** ao Poder Executivo, com fulcro no art. 22, §2º, da Lei Orgânica do TCE-MT, que **observe na elaboração da Lei Orçamentária Anual o montante de 7% para fixação da receita destinada à Câmara Municipal, devendo o Poder Executivo realizar os repasses de acordo com os valores fixados na LOA.**

2.4. Observância do princípio da transparência

2.4.1. Da realização de audiências públicas

90. O tema transparência das informações públicas ganhou relevância a partir da publicação da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigiu a transparência da gestão fiscal, e por normativos como a Lei



Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

91. Atualmente a regra é a divulgação das informações públicas e não o sigilo, de forma que a transparência das informações tornou-se um elemento de comunicação entre a gestão e o cidadão, o qual deve possuir meios para avaliar se os atos públicos estão sendo praticados com eficiência e se correspondem aos anseios sociais.

92. No que concerne à observância do princípio da transparência, verifica-se que foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da LDO.

93. Ademais, houve divulgação da LDO e da LOA nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF/88 e art. 48, LRF.

94. A verificação da realização de audiências públicas quadrimestrais pelo Poder Executivo para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, conforme determina o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, é objeto de relatório de acompanhamento e eventuais irregularidades serão objeto de Representação de Natureza Interna.

2.4.2. Regras concernentes ao final de mandato

95. Segundo a Secex de Receita e Governo, houve a constituição de comissão para transmissão do mandato, assim como a apresentação de relatório conclusivo.

2.4.3. Despesas contraídas nos últimos quadrimestres

96. Não houve a contratação de despesas sem disponibilidade financeira, tendo sido respeitado o quanto previsto no parágrafo único do art. 42, da LRF.

2.4.4. Contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato e por antecipação de receita no último ano de mandato



97. Não houve a contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo, respeitando-se, deste modo, a previsão estabelecida no art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Também não houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato, obedecendo o art. 38, IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

2.4.5. Prestação de contas

98. De acordo com a Secex, as contas foram apresentadas no prazo legal, não havendo que se falar em irregularidades sobre a matéria.

2.5. Índice de Gestão Fiscal dos Municípios

99. O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios – IGFM tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que mensuram a qualidade da gestão pública, quais sejam:

- IGFM Receita Própria Tributária;
- IGFM Gasto com Pessoal;
- IGFM Liquidez;
- IGFM Investimentos;
- IGFM Custo da Dívida;
- IGFM Resultado Orçamentário do RPPS.

100. Os municípios avaliados são classificados da seguinte maneira:

- Nota A (Gestão de Excelência, acima de 0,8001 pontos);
- Nota B (Boa Gestão, entre 0,6001 e 0,8 pontos);
- Nota C (Gestão em Dificuldade, entre 0,4001 e 0,6 pontos);
- Nota D (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 pontos).

101. Conforme informação do relatório técnico preliminar, o IGFM do exercício de 2020 não foi apresentado devido à impossibilidade de consolidação dos cálculos antes da análise conclusiva sobre as Contas de Governo, sendo que o IGFM deste exercício comporá a série histórica do indicador apenas nos exercícios subsequentes.

102. Com relação aos dados dos exercícios anteriores, tem-se que os índices



apresentados no relatório preliminar de controle externo deste processo para os anos anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido a correção dos dados.

103. Verifica-se que, no exercício de 2019, o IGFM Geral de Nova Xavantina foi de **0,69, recebendo nota B (Boa Gestão)**, o que lhe garantiu a **30ª posição** no *ranking* dos entes políticos municipais de Mato Grosso.

104. O escore do município oscilou um pouco nos anos anteriores e teve melhora no exercício de 2019 em relação ao ano de 2018, uma vez que, para 2018, foi atingido o IGFM geral de 0,63 e a 54ª posição no *ranking*.

2.6. Providências adotadas com relação às recomendações de exercícios anteriores

105. Para verificar as providências adotadas quanto às recomendações relativas a contas anuais anteriores, salienta-se que nas Contas de Governo atinentes ao exercício de 2019, o TCE-MT emitiu o Parecer Prévio 28/2021-TP (Processo nº 88463/2019) favorável à aprovação das contas e, no exercício de 2018, o Parecer Prévio nº 61/2019-TP (Processo nº 167436/2018), favorável à aprovação.

106. Segue abaixo a conclusão da Secex sobre as providências quanto às recomendações desses dois exercícios:

Exercício de 2019 Parecer Prévio 28/2021-TP	
Recomendação	Situação Verificada
	No caso do Parecer Prévio 28/2021, julgado em 06/04/2021, teve a sua divulgação no DOC em 30/04/2021, sendo considerado como data da publicação 03/05/2021. Logo o Gestor, cujas contas anuais referem-se a 2020, não teve tempo hábil para o conhecimento das recomendações desse parecer. Dessa forma, neste tópico será verificado somente o cumprimento das recomendações do Parecer Prévio relativo à Contas Anuais de Governo de 2018.
Exercício de 2018 Parecer Prévio 61/2019-TP	



Institua mecanismos efetivos a possibilitar o acompanhamento e o controle bimestral das metas de arrecadação, que permitam gerar informações aptas a concretizarem, em tempo, medidas de contingenciamento financeiro e orçamentário caso necessário, bem como que adeque a realização de despesas da entidade ao estrito limite da arrecadação proporcionada por suas receitas, de forma a evitar déficits nas suas demonstrações econômico-financeiras, conforme emana a alínea "b" do artigo 48 da Lei nº 4.320/1964 e as diretrizes estabelecidas no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	A final do exercício de 2020, o município não apresentou déficit financeiro em nenhuma fonte de recurso, conforme quadro 12,3 deste relatório.
Não contraia obrigações de despesas que não possam ser cumpridas integralmente dentro do mesmo exercício, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, de forma a cumprir o disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e evitar o desequilíbrio das contas públicas.	Essa recomendação não foi objeto de análise neste relatório técnico.
Adote medidas com vistas a aprimorar o desempenho da administração e melhorar os indicadores referentes ao Índice de Gestão Fiscal Municipal.	Os índices de gestão fiscal constam no item 2.3, deste relatório.
Publique todos os decretos emitidos pelo Poder Executivo de modo a cumprir o princípio constitucional da publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal	Os decretos municipais estão publicados no portal da transparência, no site da prefeitura.
Encaminhe as prestações das contas anuais dentro do prazo legal, conforme a Resolução Normativa nº 36/2012 deste Tribunal (artigo 71, I e II, da CF, artigos 47, I, e 210 da Constituição Estadual e artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007).	A prestação de contas anuais de governo foi encaminhada ao Tribunal de Contas, dentro do prazo regulamentado.

107. Da análise transcrita acima, nota-se que as determinações relativas ao exercício de 2019 não puderam ser avaliadas. Além disso, a administração municipal conseguiu melhora no IGFM em relação ao ano anterior.

2.7. Contas Anuais de Governo relativas à Previdência (Processo nº 499358/2021)

108. Com o intuito de promover o desenvolvimento e aprimoramento dos controles sobre os Regimes Próprios de Previdência Social e em observância à Resolução ATRICON nº 05/2018² as presentes contas de governo foram instruídas com relatório elaborado pela Secretaria de Controle Externo de Previdência, contendo a

² "Aprova as Diretrizes de Controle Externo Atricon nº 3214/2018 relacionadas à temática" "Controle externo na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social".



análise do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Xavantina, abrangendo a fiscalização da gestão previdenciária, atuarial, contábil e de investimentos, a serem julgadas em conjunto aos demais aspectos gerais do parecer prévio deste Tribunal de Contas.

109. Foram analisados os atos de administração, notadamente, a adimplência das contribuições previdenciárias e de eventuais parcelamentos efetuados, bem como a apresentação de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, do Ministério da Fazenda, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelos regimes próprios de previdência social.

110. A Secex de Previdência considerou o ente municipal adimplente com os recolhimentos previdenciários, constatou a inexistência de parcelamento pactuado com a Unidade Previdenciária e encontrou Certificado de Regularidade Previdenciária válido.

111. Quanto à gestão atuarial do ente, a Secex utilizou alguns critérios para seleção de unidades jurisdicionadas a serem avaliadas. Contudo, o Município de Nova Xavantina não foi selecionado na amostragem para avaliação atuarial durante o exercício em análise.

112. De início, é importante informar que a Secex apontou a ocorrência da irregularidade classificada como **DA05**, por conta da **ausência de repasse da contribuição previdenciária patronal, no período de julho a dezembro de 2020, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social**.

113. Na sequência, registrou a existência da impropriedade classificada como **DA07**, em razão do **não recolhimento das contribuições previdenciárias dos segurados no período de junho a dezembro de 2020** (Doc. nº 112079/2021).

114. O ex-gestor, em sua **manifestação defensiva** aduziu que, no tocante a irregularidade classificada como DA05, foram recolhidos os valores de forma integral, tendo providenciado a documentação anexa para comprovar suas alegações. Sobre a



irregularidade DA07, também mencionou que os repasses foram realizados de forma regular (Doc. nº 148469/2021).

115. Em sede de **relatório técnico de defesa**, a Secex após examinar os argumentos apresentados, afastou o apontamento feito relativo à ausência de repasses ao RPPS, no que se refere as contribuições patronais devidas no exercício de 2020.

116. Já quanto a irregularidade DA07, mencionou que apenas o valor de R\$ 1.786,05, referente à competência de setembro de 2020, não foi repassado ao RPPS de Nova Xavantina, devendo ser mantido a irregularidade referente a inadimplência das contribuições previdenciárias devidas no exercício de 2020.

117. Não obstante, em razão da baixa materialidade da mesma, entendeu ser suficiente a expedição de recomendação para que o gestor realize o respectivo ressarcimento, com recursos próprios, aos cofres públicos da Prefeitura Municipal, relativos aos valores pagos indevidamente, a título de juros e multas pelo pagamento com atraso das contribuições previdenciárias, referente ao período de setembro de 2020, comprovando ao Tribunal de Contas, no prazo de 60 dias, a fim de evitar a abertura de outros processos de fiscalização sobre o assunto (Doc. nº 213518/2021).

118. **Passa-se à análise ministerial.**

119. O MPC concorda com a Secex e a defesa quanto ao **saneamento da irregularidade DA05**, concernente a ausência de repasse da contribuição previdenciária patronal, no período de julho a dezembro de 2020, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social, tendo sido demonstrado que os valores foram repassados de forma integral.

120. No entanto, com relação ao quanto apontado na irregularidade DA07, verifica-se que o ex-gestor não conseguiu demonstrar a quitação dos valores referentes à quitação dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, tendo remanescido um saldo devedor no valor total de R\$ 1.786,05 (um mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), consoante se verifica da imagem abaixo (Doc. nº 213518/2021, fl. 6):



Figura 2 – Planilha Defesa (GRCP) X Ordem Bancária

PREFEITURA SERVIDOR			
MÊS	Planilha Defesa	Ordem Bancária	Diferença
Junho	R\$ 175.638,04	R\$ 175.638,04	R\$ 0,00
Julho	R\$ 167.332,17	R\$ 167.332,17	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 167.554,25	R\$ 167.554,25	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 183.654,63	R\$ 181.868,55	R\$ 1.786,08
Outubro	R\$ 232.528,00	R\$ 232.528,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 230.042,60	R\$ 230.042,60	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 235.281,06	R\$ 235.281,06	R\$ 0,00
Total	R\$ 1.392.030,75	R\$ 1.390.244,67	R\$ 1.786,08

121. Deste modo, mostra-se imperiosa a manutenção do apontamento (DA07) realizado pela unidade instrutória, sendo cabível, em face da baixa materialidade, expedir **recomendação ao Poder Legislativo**, para que **recomende ao Poder Executivo**, tudo com base no art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE-MT, que **realize o respectivo ressarcimento, com recursos próprios, aos cofres públicos da Prefeitura Municipal, relativo ao valor pago indevidamente, a título de juros e multas pelo pagamento com atraso da contribuição previdenciária dos servidores, referente ao período de setembro de 2020, encaminhando a comprovação do fato ao Tribunal de Contas.**

3. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL

3.1. Análise global

122. No exercício de 2020, foi detectada uma irregularidade gravíssima atribuível ao ex-gestor do Município de Nova Xavantina, Sr. João Batista Vaz da Silva, em razão do não cumprimento do mínimo constitucional previsto no art. 212, da CF/88, tendo sido reconhecida a existência da impropriedade nominada, porém **flexibilizada as suas consequências em face da realidade fática enfrentada pelos gestores públicos por conta da pandemia de Covid-19, com fulcro no primado da realidade instituído pelo art. 22, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e por este Tribunal de Contas na Resolução de Consulta nº 04/2021 – TP.** Não obstante o entendimento pelo afastamento das consequências do reconhecimento da sanção de natureza



gravíssima, que usualmente resultaria na manifestação pela irregularidade das contas, este órgão ministerial entendeu necessário reforçar, mediante a expedição de determinação, a necessidade do Poder Executivo municipal cumprir com o postulado normativo descrito no art. 212, da Constituição, aplicando nos próximos anos o percentual de 25% para manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo a situação apresentada durante o exercício financeiro de 2020 excepcionalíssima.

123. Ademais, os apontamentos graves apontados nas presentes contas anuais, irregularidades CB02 e FB13, itens 2.1 e 3.2, respectivamente, foram mantidos pela Secex e pelo MP de Contas, sendo sanado apenas a irregularidade FB13, item 3.1, com expedição de determinações e recomendações.

124. Ainda, com relação as irregularidades apontadas nas Contas Anuais de Previdência, o MPC concordou com a manifestação defensiva em **afastar a irregularidade classificada como DA05, sendo mantida, no entanto, a irregularidade DA07, em razão do gestor não ter realizado o repasse integral dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, com expedição de recomendação.**

125. Vale citar que o município **respeitou o limite de gasto de pessoal e também observou os limites constitucionais de despesas mínimas com saúde e os referentes ao Fundeb.**

126. A gestão de 2020 de Nova Xavantina ainda apresentou deficit financeiro, apesar de conseguido gerar economia orçamentária, o que ao final levou o município a obter **superavit orçamentário de execução.** Além disso, verificou-se a **existência de disponibilidade financeira global ao final do exercício para pagamento de restos a pagar.** Tampouco houve insuficiência financeira para pagamento de restos a pagar por fonte de recursos.

127. Outrossim, cumpre observar que o município apresenta histórico de bom score no IGFM, **melhorando seu índice em 2019 para 0,69** (30ª posição no *ranking*). No exercício de 2020, os valores ainda não foram apurados, porém pelo contexto dos demais pontos avaliados nestas contas, presume-se que a gestão continue apresentando bom desempenho.



128. Por conseguinte, em virtude de todo o exposto nos autos e neste Parecer, e considerando a competência do Tribunal de Contas ser restrita à emissão de parecer prévio, cabendo o julgamento das contas à Câmara Municipal de Nova Xavantina, **a manifestação do Ministério Público de Contas encerra-se com o parecer FAVORÁVEL à aprovação das presentes contas de governo.**

4. PEDIDOS

129. **Diante do exposto**, levando-se em consideração o que consta nos autos, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51, da Constituição Estadual), **manifesta-se:**

a) pela emissão de **Parecer Prévio FAVORÁVEL à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura de Nova Xavantina, referentes ao exercício de 2020**, sob a administração do **Sr. João Batista Vaz da Silva**, com fundamento nos arts. 26 e 31 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), art. 176, § 3º, do Regimento Interno TCE/MT e art. 5º, § 1º, da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2008;

b) pela manutenção das irregularidades classificadas como AA01 (item 1.1), CB02 (item 2.1) e FB13 (item 3.2), assim como pelo saneamento da irregularidade FB13 (item 3.1);

b.1) pela manutenção da irregularidade previdenciária DA07, bem como pelo saneamento da classificada como DA05;

c) pela emissão de recomendação ao Poder Legislativo, para que **determine à atual gestão da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**, nos termos do art. 22, §2º, da Lei Orgânica do TCE-MT, que:

c.1) **disponha de forma expressa**, nas próximas leis orçamentárias anuais, **sobre os valores referentes aos orçamentos fiscal, de investimentos e de seguridade social**, consoante prevê a Constituição Federal em seu artigo 165;



c.2) disponibilize todos os instrumentos e anexos componentes das peças orçamentárias, consoante a previsão normativa descrita nos arts. 37, da CF/88 e 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

c.3) abstenha-se de inserir na lei orçamentária anual, dispositivos estranhos à matéria, tais como aqueles referentes ao remanejamento, transposição ou transferência de recursos entre dotações orçamentárias, em respeito ao princípio constitucional da exclusividade, prestando obediência ao quanto disposto no art. 165, §8º, da CF/88, na súmula nº 20 do TCE-MT e na Resolução de Consulta nº 44/2008, desta colenda Corte;

c.4) obedeça o ditame constitucional previsto no art. 212, da CF/88, aplicando o mínimo estabelecido em 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino;

c.5) observe na elaboração da Lei Orçamentária Anual, o montante de 7% para fixação da receita destinada à Câmara Municipal, devendo o Poder Executivo realizar os repasses de acordo com os valores fixados na LOA;

d) recomendar ao Poder Legislativo, que recomende à atual gestão, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE-MT, que:

d.1) providencie registros contábeis tempestivos e fidedignos, nos moldes do estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e que correspondam aqueles enviados ao Sistema Aplic;

d.2) realize o respectivo ressarcimento, com recursos próprios, aos cofres públicos da Prefeitura Municipal, relativo ao valor pago indevidamente, a título de juros e multas pelo pagamento com atraso da contribuição previdenciária dos servidores, referente ao período de setembro de 2020, encaminhando a comprovação do fato ao Tribunal de Contas.

É o Parecer.



Ministério Público de Contas, Cuiabá, 20 de outubro de 2021.

(assinatura digital)³

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador de Contas

(Em substituição ao Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps – Ato PGC nº 020/2021)

3. Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.